

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.823 - SP (2019/0144163-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DE PRECEDENTES
RECORRENTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADOS : GUSTAVO GONÇALVES GOMES E OUTRO(S) - SP266894
HENRIQUE FONTANA DE OLIVEIRA - SP324913
SOC. de ADV. : SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS
RECORRIDO : ALFREDO CARVALHO DIAS
ADVOGADOS : ROSANA CHIAVASSA - SP079117
SILVANA CHIAVASSA E OUTRO(S) - SP097755

DESPACHO

Vistos etc.

Em complemento ao que mencionei na decisão de e-STJ, fls. 384-386, o art. 46-A do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça estabelece as linhas gerais de atuação da Comissão Gestora de Precedentes no auxílio aos ministros da Corte nas atividades de afetação e julgamento de recursos especiais repetitivos com o desenvolvimento de trabalho de inteligência a fim de identificar matérias com "potencial de repetitividade ou com relevante questão de direito, de grande repercussão social, aptas a serem submetidas ao Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática dos recursos repetitivos" (inciso IV), inclusive no acompanhamento de processos com essa característica antes mesmo da sua distribuição aos referidos magistrados.

Com base nessa diretriz regimental, **qualifiquei** os Recursos Especiais n. 1.836.823/SP e 1.839.703/SP como representativos da controvérsia, candidatos à afetação, impondo a eles a adoção do rito estabelecido pelos arts. 256 ao 256-D do RISTJ, c/c o inciso I do art. 2º da Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017, com o encaminhamento ao Ministério Público Federal (RISTJ, art. 256-B, II) e com a intimação das partes para se manifestar sobre a possível afetação deste recurso ao rito dos repetitivos.

Trata-se de recurso especial em que se discute a seguinte questão jurídica infraconstitucional: **(im)possibilidade de prorrogação do prazo previsto no § 1º do art. 30 da Lei n. 9.656/1998 na hipótese de o**

beneficiário necessitar de constante tratamento médico.

A Procuradoria-Geral da República, por meio do parecer do Subprocurador-Geral da República Sady d'Assumpção Torres Filho, manifesta-se pela admissibilidade do recurso como representativo da controvérsia.

Em análise superficial do processo, **plenamente passível de revisão pelo relator destes autos**, entendo preenchidos os requisitos formais previstos no art. 256 do Regimento Interno do STJ, de acordo com o Ministério Público Federal.

Quanto à questão de direito objeto da presente indicação de recurso representativo da controvérsia, destaco a relevância da matéria veiculada, que busca a definição do STJ sobre a correta interpretação de dispositivo da lei dos planos e seguros privados de assistência à saúde (Lei n. 9.656/1998), no ponto relacionado à manutenção da condição de beneficiário de ex-empregado que necessite de constante tratamento médico.

Após consulta à página de pesquisa de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pude identificar, pelo menos, cerca de 280 acórdãos sobre a matéria debatida nestes autos, o que demonstra sua efetiva multiplicidade.

Ademais, em relação às matérias de direito privado, uma das questões que mais se repetem no Poder Judiciário está relacionada a discussões fáticas e jurídicas de contratos de planos de saúde, em especial sobre prazo de carência, valores dos planos, cobertura de determinados procedimentos e medicamentos.

A publicação *Justiça em Números*, do Conselho Nacional de Justiça, referente aos anos de 2014 a 2018 apresenta o dado de que foram ajuizadas **717.263 novas ações** em que se tratava de planos de saúde; entre as quais, considerando somente 2018, **134.644** foram iniciadas em todo o Poder Judiciário.

Esse dado reflete diretamente no STJ. Em consulta às informações estatísticas da Corte, é possível identificar que o assunto "Plano de Saúde

Superior Tribunal de Justiça

(6233)" figura no sexto lugar entre os assuntos com maior incidência, sendo, entre 1º/9/2014 a 31/8/2019, **34.631** novos processos neste Tribunal sobre as mais diferentes controvérsias surgidas em relações jurídicas entre planos de saúde e seus beneficiários.

Assim, a definição pelo STJ da interpretação das normas infraconstitucionais envoltas aos contratos de plano de saúde possui relevante impacto na sociedade e no mercado, pois balizará as condutas da sociedade e das empresas de plano de saúde. Ainda, exercerá forte influência na interpretação administrativa a ser conferida pelo órgão regulador responsável pelo setor de planos de saúde no Brasil (*vide* inciso IV do art. 1.040 do CPC).

Nesse sentido, como forma de bem cumprir o seu papel, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça vem buscando submeter a julgamento qualificado recursos especiais que veiculem as principais discussões atinentes a planos de saúde. Listo, a seguir, os temas afetados ao rito dos repetitivos e à sistemática do incidente de assunção de competência: 610, 919, 952, 989, 990 e 1.016, bem como o IAC n. 5. Entre esses, estão pendentes de julgamento apenas o Tema repetitivo n. 1.016 e o Tema de IAC n. 5.

Além disso, tramitam no STJ, em recursos indicados como representativos da controvérsia (candidatos à afetação), outras quatro discussões, catalogadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes como Controvérsias n. 80, 88, 127 e 132 (http://www.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/).

Nessa linha, o julgamento deste processo sob o rito dos recursos repetitivos ou do incidente de assunção de competência, poderá, primeiramente, evitar o ajuizamento de diversas ações judiciais, tendo em vista ser fato notório que a ausência de critérios objetivos para a identificação de qual é a posição dos tribunais com relação a determinado tema incita a litigiosidade processual.

Sob outra vertente, reduzirá a possibilidade de decisões divergentes nos tribunais ordinários e o envio desnecessário de recursos especiais e/ou agravos

Superior Tribunal de Justiça

em recursos especiais a esta Corte Superior, cumprindo com uma das finalidades dos precedentes qualificados (RISTJ, art. 121-A), que é o de servir como instrumento processual à disposição do Superior Tribunal de Justiça capaz de pacificar, em âmbito nacional, questões de direito relevantes ou que se repetem em múltiplos processos.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 46-A e 256-D do RISTJ, c/c o inciso I do art. 2º da Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017, **distribua-se** este recurso.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes - Portaria STJ 299/2017